



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA ENVOLVENDO
FAMÍLIA/ESCOLA/COMUNIDADE ESCOLAR**

ROSA MARIA DA SILVA LACERDA

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA ENVOLVENDO
FAMÍLIA/ESCOLA/COMUNIDADE ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Renato Lopes dos Santos, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rosa Maria da Silva Lacerda

GESTÃO DEMOCRÁTICA ENVOLVENDO FAMÍLIA/ESCOLA/COMUNIDADE ESCOLAR

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em ____ de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título da Especialização em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Educadores:

Professor - Avaliador

Professor Renato Lopes dos Santos - Orientador

Professora Rosa Maria da Silva Lacerda – Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, razão de minha vida e luta.

Ao meu esposo José Newton, as minhas filhas, minha mãe e a todos os funcionários da Escola em que atuo.

Aos amigos: Janice, Antônio, Renato pessoas que através do comprometimento dedicação e carinho no trabalho tornam-se co-responsáveis no desenvolvimento de uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me proporcionar este crescimento pessoal tão intenso, que nem encontro palavras para expressar. Também pela graça de vencer em meio a tantas tribulações.

Ao meu esposo pelo carinho e compreensão

As minhas filhas pelo incentivo, especialmente pela alegria da Renata e entusiasmo quando dizia “que alegria minha mãe estudando na UFMG”. Isto foi incentivo.

Não tenho palavras para expressar os mais sinceros agradecimentos a Professora Marly que demonstrou que mesmo enferma é uma guerreira responsável, ao Anderson pelo esforço, também não posso me esquecer de agradecer a Coordenadora Maria Angélica.

E ao Professor Renato, obrigada pela paciência, compreensão e orientação neste trabalho. Não sei se é pedir muito a Deus, mas quero continuar sonhando, lutando por uma educação de qualidade e continuar meus estudos, porque sonhar é o ideal de um educador.

RESUMO

Este trabalho procura expressar o agir e o fazer de uma gestão democrática participativa, especialmente como o Conselho Escolar tem se fortalecido na Escola Municipal José Américo de Lacerda. Pretende-se apresentar as ações de uma gestora desde as mais simples até as mais complexas, objetivando sempre a formação de cidadãos competentes, críticos, criativos e compromissados. Para tanto, o alicerce deve basear-se em novas estratégias e em uma gestão democrática e participativa. Busca-se nessa análise meditar também sobre meios que viabilizem a presença e a participação da família na escola e a atuação do Conselho Escolar com participação efetiva e ativa da comunidade representada por pais, alunos e servidores da escola. A elaboração do PPP, Projeto Político-Pedagógico, se destaca com a participação e a colaboração do Conselho Escolar e de todos os seguimentos expressando assim uma visão crítica e abrangente do trabalho do gestor embasado em mudanças de acordo com a legislação vigente em nosso País.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar, Família, Escola.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
GESTÃO DEMOCRÁTICA ENVOLVENDO	
FAMÍLIA/ESCOLA/COMUNIDADE ESCOLAR	9
1. O projeto político e o pedagógico são elementos indissociáveis	9
2. Buscando qualidade e a interação escola/família/comunidade	11
2.1. A responsabilidade do Conselho Escolar nos atos de decisão e deliberação ..	14
2.2. A gestão democrática nas relações humanas	16
Considerações Finais	19
Referências Bibliográficas	20
ANEXO: Projeto Político Pedagógico	22

INTRODUÇÃO

Ser gestor nos dias de hoje é um grande desafio. A formação de seres humanos, em sua maioria adolescentes, está entregue em nossas mãos, pois é nesta fase, sem dúvida, que estes constroem seu próprio projeto de vida e, sendo assim, têm necessidade de sua independência. Nesse sentido, cabe ao gestor um grande comprometimento com o processo educacional, uma vez que o gestor escolar é percebido como o elo de ligação, a peça fundamental da engrenagem escola, família e comunidade escolar.

O diretor escolar precisa ter pré-disposição para o trabalho coletivo, ser articulador e mediador dos segmentos internos e externos, ter iniciativa e firmeza de propósito para realização de ações, ser conhecedor dos assuntos técnicos, pedagógicos, administrativos, financeiros e legislativos, ser conhecedor da realidade da escola, ter credibilidade na comunidade, ser um defensor da Educação, ter liderança democrática e capacidade de mediação. (SANTOS, 2008, p. 01).

São inúmeras as dificuldades enfrentadas no cotidiano pelo gestor escolar. O campo dos desafios é imenso nas diversas etapas de escolaridade dos alunos e se estendem em todos os graus de ensino. São grandes os desafios tanto no aspecto humano como no aspecto profissional, por isso analisar e formular questões relevantes no campo educacional se torna relevante e imprescindível. O centro deste questionamento é a gestão democrática e participativa que envolve os diversos seguimentos compostos pela instituição, de maneira especial a participação da comunidade. O ponto norteador deste trabalho é o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal José Américo de Lacerda, apresentado na íntegra como anexo no final deste trabalho. Os profissionais, juntamente com o Conselho Escolar e a comunidade, apresentaram suas concepções propostas em momentos de reflexão-ação-reflexão.

Esta escola trabalha com mais ou menos cem funcionários e oitocentos e cinquenta alunos que convivem com situações como, por exemplo, o uso de drogas, violência, gravidez na adolescência e desestrutura familiar. Nossos projetos têm o objetivo de resgatá-los das influências negativas do bairro onde a escola se localiza. Além disso, há um grande incentivo na área de esportes, danças e outras atrações diversificadas para as crianças e adolescentes.

Para dar suporte a este trabalho são utilizados além de artigos publicados na Biblioteca Geral do Curso, outros autores que confiam que a gestão vai além da preparação técnica, do conhecimento burocrático, sendo também dedicação, coragem e

amor. São autores que defendem que o gestor é o líder de todo processo, mas agindo de maneira democrática e priorizando a participação coletiva, que, além de zelar pelo patrimônio da escola, cuida também de sua organização e monitora a parte pedagógica. Autores que priorizam que a escola é um lugar de transformação, onde se trabalha valores como: liberdade, solidariedade, compromisso e justiça com o outro e com todos, recuperando a esperança, e o potencial de cada ser humano, como Azevedo (2011), Navarro (2010), Dourado (2010), Bobbio (1995), Fortuna (2000) entre outros autores.

O objetivo deste trabalho é repensar sobre a educação hoje, o fazer do gestor e também sobre as exigências de uma participação integrada do profissional, do cidadão, do ser humano, enfim, onde buscamos repensar também sobre a importância de planejar, buscar novos conhecimentos, de garantir o desempenho do aluno e também do educador, não somente no aspecto cognitivo, mas principalmente no afetivo e social.

Esta reflexão se baseia principalmente na prática pedagógica cotidiana e na discussão dos referenciais teóricos que direcionam para uma prática responsável e compromissada, buscando viabilizar uma escola pública de qualidade. Procura, ainda, refletir sobre a gestão, papel complexo, que exige de toda equipe um envolvimento constante com a escola. Exige a dedicação exclusiva do gestor, esforço e até renúncias, devendo contemplar a gestão administrativa e a gestão de pessoas. Sujeitos capazes de conduzir a Escola de acordo com os objetivos propostos e gerar mudanças, como mostram os referenciais pesquisados.

GESTÃO DEMOCRÁTICA ENVOLVENDO FAMÍLIA/ESCOLA/COMUNIDADE ESCOLAR

1. O projeto político e o pedagógico são elementos indissociáveis

O Projeto Político-Pedagógico é um elemento norteador indispensável que pode tornar melhor a realidade das escolas públicas e de modo muito especial, a Escola Municipal José Américo de Lacerda. A referida Escola está situada no bairro Santa Luzia na cidade de Nova Serrana/MG. Este bairro que a escola se localiza se situa em uma zona da periferia de Nova Serrana. A E. M. José Américo de Lacerda atende um público de baixa renda sendo na maioria de situação muito precária, carecendo de educação em todos os sentidos.

Este projeto é elaborado no concreto, ou seja, na realidade dessa comunidade e se concretiza no desenvolver da prática idealizada. De acordo com Barbier citado por Azevedo:

Projetar significa procurar intervir na realidade futura a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções. Por isso, constitui um futuro a construir, algo a concretizar no amanhã a possibilidade de tornar real uma idéia, transformando-a em ato. Para tanto, considerando-se especificamente o PPP, em virtude da pluralidade que caracteriza uma comunidade escolar, o envolvimento no processo requer que as pessoas estejam devidamente motivadas e que adquiram uma visão de relação entre finalidade-objetivo-meio, baseada, por sua vez, na relação desejo-limites-valor, mediatizada pela relação entre recursos limitações-gestão. (2002, p. 03).

Este projeto apresenta as finalidades da escola e a importância de se considerar as crianças e os adolescentes como sujeitos de direito, na medida em que o professor deve trabalhar no sentido de desenvolver as capacidades cognitivas, afetivas, estruturais e físicas, sua base principal é o diálogo. Neste processo o adulto é o professor, devendo assim mostrar maturidade suficiente para dialogar sempre e em todas as circunstâncias para iniciar e manter o diálogo.

No PPP está registrada a estrutura organizacional da escola, tanto administrativa quanto pedagógica, e na realidade analisada busca, sempre que possível, trabalhar projetos que auxiliam as crianças, os adolescentes e suas respectivas famílias principalmente as que se encontram em situação de risco. Assim, um currículo, de acordo com o PPP da referida escola, deve apresentar-se bem organizado, de acordo com a legislação vigente, procurando, ao mesmo tempo, contemplar a realidade escolar na qual

os alunos estão inseridos. Importa destacar que o tópico Tempos e Espaços Escolares se destina a analisar o cumprimento do seu calendário escolar. Na instituição, cujo Projeto Político-Pedagógico encontra-se em análise, esta organização prioriza o desenvolvimento e a prontidão para o processo ensino-aprendizagem.

No que tange ao agrupamento de turmas, a escola organiza os grupos de maneira heterogênea, almejando a valorização da diversidade cultural muito existente em nossa cidade (Nova Serrana).

O documento contempla o investimento na formação do professor, tal como os cursos de capacitação que motivam os funcionários a trabalharem com ética e estabelecer vínculos positivos no dia a dia da instituição, elevando a autoestima dos mesmos.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal José Américo de Lacerda também está embasado na Constituição Federal onde se faz referência a uma gestão democrática do ensino público como princípio da Educação Nacional, baseando-se também no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990) no parecer do Conselho Estadual de Educação - CEE nº 1.132/97 e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 que estabelecem que o sistema de ensino e as instituições terão a incumbência de:

Informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica; participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, laborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do PPP. Estabelecem também que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP da escola, participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2012, p. 13).

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico, o gestor, deve pautar as suas decisões baseado na legislação existente para cada setor da instituição juntamente com toda sua equipe e Conselho Escolar. A opinião de Santos acerca das dificuldades que o gestor enfrenta é que: “não é uma tarefa fácil”:

Organizar o trabalho pedagógico em escola pública não é uma tarefa fácil é algo abrangente, requer uma formação de boa qualidade além de exigir do gestor um trabalho coletivo que busque incessantemente a autonomia, liberdade, emancipação e a participação na construção do projeto político-pedagógico. Numa gestão democrática, o gestor precisará saber como trabalhar os conflitos e desencontros, deverá ter competência para buscar novas alternativas e que a

mesma atenda aos interesses da comunidade escolar, deverá compreender que a qualidade da escola dependerá da participação ativa de todos os membros, respeitando individualidade de cada um e buscando nos conhecimentos individuais novas fontes de enriquecer o trabalho coletivo. (SANTOS, 2008, p. 01).

O PPP de nossa Escola foi elaborado junto com a comunidade escolar e será reformulado sempre que houver necessidade, de acordo com a legislação vigente, junto com o Conselho Escolar. Este é o projeto mais importante da escola, foi elaborado com muito trabalho e é fruto de muita pesquisa com toda a comunidade escolar representada por cada segmento. Houve elaboração de questionários que foram respondidos e em seguida foram montados gráficos para estudo posterior.

Desenvolver uma análise pormenorizada da gestão democrática e participativa e o Conselho Escolar como espaço de decisão e deliberação, surgiu da necessidade que se tem hoje nas escolas públicas, que reconhecem a prioridade da qualidade, por uma gestão que seja verdadeiramente pautada nos ideais de democracia participativa. Uma escola onde todos os funcionários participam e dão sugestões de melhorias em todos os setores da escola, seja o administrativo, o financeiro ou o pedagógico.

Nesse sentido, é essencial trabalhar com os ideais pautados em uma gestão que seja realmente democrática e participativa, mobilizar todos a participarem dos mesmos ideais de democracia e de liberdade de expressão. São muitas conquistas realizadas nestes dezessete anos de existência da Escola José Américo de Lacerda, contudo, ainda existem muitos desafios a vencer como a repetência, as drogas, a gravidez na adolescência, bem como a participação dos pais que ainda não se conscientizaram da importância de sua presença na escola.

2. Buscando qualidade e a interação escola/família/comunidade

É essencial articular no interior da escola o envolvimento de toda a comunidade escolar na organização desta, para tomada de decisões, tanto no âmbito administrativo quanto no pedagógico para que o Projeto Político-Pedagógico e o Plano de Desenvolvimento da Escola tornem a gestão democrática realista, efetiva e de qualidade. Ressaltando, porém, que essa efetivação somente ocorrerá se houver uma interação da escola, da família e da comunidade.

O Processo de Decisão Escolar eleva os padrões de eficiência e de autonomia financeira, objetivando promover a melhoria do ensino, através do incentivo à participação de toda comunidade escolar para transformar a visão de escola em realidade. Ele deve partir do âmbito individual para o coletivo. Se por decisão individual se entende que cada indivíduo decide por si, no qual o objetivo é a busca da felicidade, a decisão coletiva são decisões não individuais, cujo resultado decorre da agregação das preferências individuais de cada componente do grupo, em busca da sobrevivência do mesmo. (BOBBIO, 1995, p. 309).

De acordo com Bobbio (1995) para realizar um ensino de qualidade e cumprir as finalidades do mesmo, as escolas precisam romper com a atual forma de organização burocrática costumeira que manipula o trabalho pedagógico, se conformando com as regras fixadas e obedecendo às leis e diretrizes emanadas de um poder centralizado e pela união entre os que detêm pensamentos e um controle hierárquico que enfatizam o tempo, a ordem e a disciplina.

A Escola Municipal José Américo de Lacerda fundamenta-se no princípio de oferecer através da reflexão, construção e disseminação do conhecimento e leitura de mundo um modelo de educação que contribua para a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade. O processo é contínuo de aprendizado que envolve professores, alunos, funcionários e toda a comunidade escolar. Sendo assim, o trabalho dos profissionais da educação deve ser coletivo e de qualidade. Não há espaço para o individualismo, mas para o trabalho integrado e isso implica mudanças radicais que passam pela formação do professor, pela concepção do trabalho pedagógico transformando a rotina da escola. Segundo os indicadores de qualidade da educação (2004):

Os professores são responsáveis por aquilo que os especialistas chamam de transposição didática, ou seja, concretizar os princípios políticos pedagógicos em ensino aprendizagem. Cada um dos demais profissionais tem papel fundamental no processo educativo, cujo resultado não depende apenas da sala de aula, mas da vivência e da observação de atitudes corretas e respeitadas no cotidiano da escola. Tamaña responsabilidade exige boas condições de trabalho, preparo e equilíbrio. Para tanto, é importante que se garanta a formação continuada de profissionais e também outras condições. (2004, p. 37).

Não é possível falar em qualidade do ensino sem falar da interação escola/família/comunidade e, neste sentido, a Escola Municipal José Américo de Lacerda busca fazer da gestão um suporte para as opiniões coletivas propiciando um ambiente escolar harmonioso lutando por uma escola cidadã e democrática. Há outro fator que também determina uma escola de qualidade que são os recursos humanos, esta escola

possui em seu quadro oitenta e cinco por cento de seu quadro funcional com graduação, a maioria destes tem pós-graduação e os demais estão em processo de formação.

Dessa forma, considera-se as relações pessoais no trabalho um fator muito importante. O profissional às vezes se depara com o cansaço, o desânimo e é fundamental a motivação para a construção de novas relações, e abrir espaços à reflexão e ao diálogo entre todos os segmentos. A Escola Municipal José Américo de Lacerda juntamente com Secretaria Municipal de Educação de Nova Serrana promoveu cursos de capacitação para os profissionais da educação, cujo objetivo foi elevar a autoestima e melhorar e estreitar as relações para que estas se pautassem na reciprocidade, solidariedade, respeito e participação coletiva, além da busca pela melhoria pela qualidade no ensino.

Alguns cursos de capacitação para os profissionais da educação são promovidos com as verbas advindas do Plano de Desenvolvimento da Escola, sendo estes para a valorização dos profissionais da educação. O objetivo é principalmente na aprendizagem significativa, na ética, na autoestima, e na avaliação da aprendizagem.

Há também a necessidade de aprimorar cada vez mais a interação família/escola e isto ocorre através de projetos que incentivam a comunidade a participar da vida escolar da criança. Esta instituição realiza encontros durante o ano com palestras com temas direcionados às relações familiares, à aprendizagem e ao relacionamento intra-escolar. Há participação da família também nos eventos tradicionais como a festa da família, festa junina e outras. Quanto ao processo de formação, Cortella afirma que

[...] não há prática educativa coerente se não houver inconformidade, dado que a própria palavra “educação” significa conduzir para um lugar diferente daquele em que se está. No entanto, a incompreensão da gênese e desdobramento dos valores e conhecimentos daqueles com os quais convivemos é um obstáculo brutal para uma relação pedagógica autônoma e produtiva. (1999, p. 50).

Assim sendo, a escola não representa um espaço educacional isolado. Enquanto instituição busca parcerias visando à integração de todos onde os primeiros parceiros são os professores, os pais e/ou os responsáveis pelos alunos. Mas Vasconcelos lembra que esta relação é às vezes conflituosa e lembra que

A escola enquanto instituição educativa, desempenha um papel fundamental, sendo palco das diversas situações que propiciam esta interação principalmente no que tange à sua dimensão socializante, a qual prepara o indivíduo para a

convivência em grupo e em sociedade. (VASCONCELOS, *apud* FREIRE, 2005, p. 2).

Os deveres, direitos, limites e normas considerados básicos nas relações intra-escolares são definidos de forma democrática e coletiva na escola em estudo. Uma relação de trabalho não pode ser solitária, precisa até haver uma pequena dose de competitividade, na qual a cooperação e o diálogo são importantes e o papel do gestor nesse caso é fazer com que o ambiente escolar atinja seus objetivos com harmonia de forma democrática e colegiada.

2.1. A responsabilidade do Conselho Escolar nos atos de decisão e deliberação

É preciso compreender melhor a importância das possibilidades e limites da escola. É de suma importância ressaltar que ela está inserida num processo que envolve relações internas e externas, sistema educativo e comunidade escolar e a busca pela qualidade requer muita luta e dedicação dos sujeitos que estão envolvidos no processo de educar.

O movimento pela maior autonomia das escolas corresponde, em parte, a uma demanda dos professores e das comunidades para que o projeto pedagógico, a estrutura interna e as regras de funcionamento da unidade escolar possam ser constituídos mais coletivamente e com maior identidade e responsabilidade institucional. (SARI e LUCE *apud* DOURADO *et al.*, 2010, p. 5).

Baseando na opinião das autoras e em consonância com a equipe da Escola Municipal José Américo de Lacerda, a autonomia da gestão escolar significa também a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico de acordo com a realidade da escola e com as normas estabelecidas pelas políticas educacionais ou legislações em curso. Criar várias possibilidades, dentre elas a constituição dos Conselhos Escolares, a elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico também é responsabilidade de uma autonomia administrativa.

Quando a gestão da escola é democrática e participativa, o Conselho Escolar abre e ocupa espaço de decisão e de planejamento de maneira coletiva numa ação de reflexão conjunta e compartilhada com toda a comunidade escolar. Desta forma, se garante o compromisso com as decisões e com as medidas implementadas. Observando este ponto, Navarro afirma que:

As escolas que passam a ter uma equipe gestora que trabalha coletivamente com o diretor buscando soluções e alternativas para melhorar o seu funcionamento, têm experimentado o fortalecimento do Conselho Escolar como espaço de decisão e deliberação das questões pedagógicas, administrativas, financeiras e políticas. (2004, p. 49-51).

É urgente então a necessidade de empreender uma proposta de trabalho coletiva que ofereça subsídios para vencer os entraves, que viabilize a construção de uma escola pública que tenha qualidade, que vise educar de fato para o exercício pleno da cidadania. O fortalecimento de uma educação nessa perspectiva requer ações no campo individual, mas, principalmente, ações coletivas.

Construir um projeto de forma democrática e participativa, este é o primeiro passo a enfrentar, o autoritarismo, buscar a participação de todos e cada um assumindo o seu papel. De acordo com Oliveira (2010), o papel político pedagógico do diretor é articular a participação de seus colaboradores nos Conselhos Escolares, incentivando professores, pais, alunos, supervisores pedagógicos, vice-diretoras e demais servidores, discutindo e tomando decisões em conjunto acerca das dificuldades em que a escola esteja envolvida e viabilizar soluções para as mesmas.

O Conselho Escolar da Escola Municipal José Américo de Lacerda, em Nova Serrana /MG, é atuante neste sentido. Este é composto por todos os segmentos da instituição e tem poder para deliberar nas questões pedagógicas, administrativas e políticas da escola. De acordo com Navarro (2004), o Conselho Escolar tem as seguintes funções:

- Deliberativas: porque elabora normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógicos, administrativos ou financeiros.
- Consultivas: porque assessora nas questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola.
- Fiscais: uma vez que acompanha e avalia a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras garantindo o cumprimento das normas da escola e a qualidade social do seu cotidiano.
- Mobilizadoras: quando promove a participação de todos os segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades.

É visível a reforma na escola supracitada, com melhorias em todos os níveis. No setor administrativo, os Conselhos Escolares dão suporte e assessoria na gestão escolar e não cabe somente ao gestor a tomada de decisões. No setor financeiro, o Conselho

Escolar atua de acordo com as normas vigentes e com as verbas recebidas e é capaz de monitorar e fiscalizar tais recursos, sendo a equipe responsável pela prestação de contas de todo o recurso financeiro da instituição. A instituição recebeu a verba do PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola) e foram viabilizadas reformas no laboratório de informática, no programa de acessibilidade, compramos alguns recursos audiovisuais, materiais pedagógicos, esportivos e outros. Para reforçar a ideia de Conselho Escolar como espaço de decisão e deliberação, a equipe da escola em estudo acrescenta que para torná-la mais democrática, o seu coletivo participa das definições prioritárias e dos objetivos. Discute como eles serão atingidos, quais os recursos disponíveis para tal, onde e como tais verbas recebidas serão aplicadas e o que pode ser feito para receber novas verbas.

De acordo com Dourado (2010), buscar esse fortalecimento dos Conselhos, por meio da efetivação de uma gestão participativa e transparente, visa contribuir com a progressiva autonomia das unidades escolares e desta maneira, fortalecer o papel da escola pública e gratuita no Brasil oferecendo uma educação básica de qualidade, na construção e implementação do seu Projeto Político-Pedagógico.

2.2. A gestão democrática nas relações humanas

Compreende-se que a gestão escolar democrática e participativa qualifica a atuação do Conselho, o desempenho dos profissionais e a aprendizagem do aluno, por uma educação que dá prioridade não apenas ao domínio dos conteúdos, mas uma educação que liberta. A prática da gestão democrática é assim definida pelo professor Raimundo Ferreira dos Santos (2008):

A educação é o objeto de estudo da escola, ela é um instrumento primordial que viabiliza a prática da gestão democrática, pois seu papel é dirimir a filosofia, o pensamento, o comportamento e as relações humanas que os alunos necessitam para viver numa sociedade, pois dessa forma estarão aptos a construir uma visão sólida e crítica da realidade educativa, buscando alternativas coletivas para os problemas no âmbito social e escolar. (2008, pg.01)

Na prática da gestão escolar esta é responsável junto com toda equipe escolar pelo desenvolvimento do sujeito em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Uma instituição exige regras para o convívio social, mas estas devem ser pensadas

coletivamente. Uma instituição que busque a unidade entre a família, comunidade, professores, alunos, funcionários em que cada um sintam-se responsável e priorize uma educação de qualidade.

Desta maneira, a Escola Municipal José Américo de Lacerda tem buscado, ao longo desses anos, envolver a comunidade escolar em suas tomadas de decisão, sempre de forma compartilhada. Projetos de iniciativa na própria escola ou mesmo da Secretaria Municipal de Educação – SME, do governo Municipal, Estadual e Federal sempre prioriza o aluno.

Em referida Escola, desenvolve-se projetos em parceria com a Polícia Militar/MG, como o PROERD - Programa de Erradicação das Drogas e JCC - Jovens Construindo a Cidadania, mas investe-se principalmente em projetos desenvolvidos de acordo com o seu contexto como: Valores, Semana da Língua Inglesa, Programa de Saúde na Escola e na Comunidade e aulas de Confeitaria Projeto Padaria na Escola. A escola é aberta à comunidade nos finais de semana no intuito de promover maior interação com a comunidade local. Na escola são ofertadas aulas de futsal, vôlei e handebol.

Todas as pessoas envolvidas da comunidade escolar participam de reuniões, palestras, entrega de resultados bimestrais, o que caracteriza também a gestão participativa e democrática. Nas reuniões são ministradas palestras cujo enfoque é ajudar os pais na educação de seus filhos e no rendimento escolar com momentos de confraternização para maior envolvimento e socialização família/escola.

A Escola Municipal José Américo de Lacerda parte do conceito de gestão democrática como uma prática participativa, afinal, administração é “gestão”, é tomada de decisão, é direção. Relaciona com a atividade de “impulsionar” no sentido de alcançar metas e objetivos, de cumprir sua função, de desempenhar seu papel. Acredita, portanto, que discutir gestão democrática implica refletir sobre os problemas enfrentados diariamente na escola, entendendo que esse movimento pode impedir o desenvolvimento de uma prática democrática e participativa.

Paulo Freire (1997) fez referência a concepção da escola cidadã definindo-a da seguinte forma:

A escola cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si ou para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com

seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando com ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia.(1997, p. 01)

Dourado *et al* (2010) destaca que as lutas em prol da democratização da educação pública e de qualidade se intensificaram e o resultado foi a aprovação do princípio de gestão democrática na educação, na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dando autonomia à escola para pensar seus próprios projetos enquanto garantia constitucional. Mas estas mudanças só devem acontecer de fato se houver uma organização do trabalho pedagógico tendo a frente corpo técnico comprometido. Diretor e coordenador pedagógico trabalhando em conjunto com o corpo docente, servidores e membros da equipe escolar, avaliando e revendo seus projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse quadro, pode-se afirmar que o gestor é um novo líder. Enfim, é aquele que exerce uma autêntica autoridade sobre seus liderados, mas age democraticamente. Seu trabalho é construído no comprometimento de desenvolver, tanto o local de trabalho como as pessoas com as quais ele interage usando sempre o diálogo como a melhor forma de aprimorar o relacionamento humano para corrigir as falhas que porventura aconteçam ao longo do caminho. Nesse sentido,

Vale à pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola e dentro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e autocrítica pautadas no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. (OLIVEIRA, 2010, p. 2)

Todo processo de construção, desta roda viva escola, vive uma intensa movimentação permeada por momentos de troca, medo, ansiedade, alegria, e dificuldades que impulsionam os avanços e as conquistas. De acordo com Vianna (2010), “não há como viver democracia se não se conseguir a construção coletiva e organizada do viver solidário, do amor sustentado pelo compromisso, do respeito à dignidade do ser humano, da luta pela transformação social”. Assim, a Escola Municipal José Américo de Lacerda e sua comunidade seguem na luta por uma educação que tenha autonomia para refletir, propor e agir na busca pela qualidade, conceito este que é construído no dia a dia pela justiça, solidariedade e fraternidade; que busca e inova sua prática com o propósito de educar para a vida, para a vivência no cotidiano de nossos alunos.

Esta Escola representa o espaço de diálogo, de democracia, de participação, e atuação onde todos os sujeitos são estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e grandes ações, de modo que aprendam a cultivar valores e a refletir sobre eles. Este é o resultado de um esforço coletivo, contínuo, solidário e paciente onde os pais, educadores e outros envolvidos no processo buscam preparar as crianças e adolescentes para serem bem sucedidos, proporcionando-lhes não apenas competências básicas e necessárias, mas principalmente a formação para a cidadania.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *et al.* . **O PPP no contexto da gestão escolar.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acesso em: 09/09/2013.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil,** 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

_____. **Conversando um pouco mais sobre o Conselho Escolar.** Disponível <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acesso em: 09/09/2013

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento:** fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1999.

DOURADO *et al.* **Conselho Escolar e autonomia:** participação e democracia da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acesso em: 09/09/2013.

ESCOLA DE GESTORES. **Conselho Escolar e Autonomia:** Participação e Democracia da Gestão Administrativa, Pedagógica e Financeira da Educação e da Escola. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acesso em: 09/09/2013.

_____. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990

FORTUNA, M. L. A. *et al.* **V – Colóquio Internacional - A Presença do Diálogo na Relação Professor/aluno-** (2005) uma leitura sobre seus condicionantes subjetivos. In: *Gestão Democrática.* Rio de Janeiro: DP & A Editora: SEPE, 2000.

FREIRE, Paulo. **Concepção da escola cidadã.** Arquivos Paulo Freire, São Paulo, em 19/03/1997, numa entrevista à TV Educativa do Rio de Janeiro.

INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO/ Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-Mec (coordenadores) – São Paulo: Ação Educativa-2004- p. 37

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDBEN)**, Lei de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996.Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério de Educação e do Desporto,1996

NAVARRO, Ignez Pinto. **O Diretor, O Conselho Escolar e a Gestão Democrática na Escola**. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Vol.5 p.49-51. 2004.

_____.**O Papel Político-pedagógico do Diretor**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acesso em: 09/09/2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/> acesso em:09/09/2013.

_____.**Premissas Básicas para Democratização da Escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acesso em: 09/09/2013.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Escola Municipal José Américo de Lacerda, Nova Serrana/MG, 2013.

SANTOS, Raimundo Oliveira dos- Professor – UFPA- outubro /2008- Disponível em ARTIGONAL- Diretório de Artigos Gratuitos- **Gestão Democrática da Escola Pública**.

VIANA, Ilca Oliveira de Almeida. Centro de Ensino e Pesquisa Francisco de Assis – Faculdade Mauá - Gestão Democrática e Participativa na Universidade: Um Desafio de Cidadania.

ANEXO: PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO



ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA”

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
EDUCAÇÃO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL**

ROSA MARIA DA SILVA LACERDA

BELO HORIZONTE, 2013



ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA”

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
EDUCAÇÃO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina Projeto Vivencial da Escola de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar sob a orientação da Professora Marly Olívia Ribeiro e Silva

BELO HORIZONTE, 2013

É pela educação que moldamos a sociedade futura, portanto quando definimos como e o que ensinar estamos a fazer a projeção das nossas expectativas mais profundas sobre a humanidade. E essas ideias são emanadas da nossa autocrítica, da avaliação que fazemos dos nossos pecados sociais e vícios, sendo, portanto, um terreno fértil para que cresça um certo puritanismo. Moura, Bernardo. Moura, Bernardo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	FINALIDADES DA ESCOLA	7
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
4	CURRÍCULO	9
5	TEMPO ESCOLAR	11
6	PROCESSO DE DECISÃO	13
7	RELAÇÕES DE TRABALHO	16
8	AVALIAÇÃO	17
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

1. INTRODUÇÃO

Conforme Veiga (1996 -1998), “o PPP deve se visto como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção do processo democrático de decisões”.

As atividades escolares devem ter como objetivos atingir os resultados educacionais da legislação em vigor e principalmente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9394/96). Dessa forma, são necessárias reflexões sobre as ações a serem realizadas no Projeto Político Pedagógico (PPP), E neste incluir todos os dados e informações, diretrizes e normas de trabalho pedagógico e administrativo.

O PPP deve promover mudanças através de planejamentos visando um futuro educacional cada vez melhor com diretrizes e propostas de organização desenvolvidas pela escola. A sociedade hoje enfrenta muitos problemas e uma boa parte é vivida no cotidiano dos educandos e da escola. Assim sendo torna-se indispensável à participação da comunidade escolar na construção do PPP.

Uma das questões a ser enfrentada pela escola são os avanços tecnológicos e a rapidez das informações, o que torna necessário uma maior capacidade de iniciativa em combater as diferenças sociais e preconceitos. Deixando de lado as intolerâncias nas relações interpessoais e realizando novas formas de participação social e um novo modelo educacional.

A metodologia participativa prioriza aspectos da aprendizagem significativa, o interesse pelas dimensões do saber e no respeito à diversidade cultural.

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” é uma instituição educacional localizada na Rua Coronel Pacífico Pinto, número mil quinhentos e cinquenta, no Bairro Santa Luzia, Telefone 37-3226-4511, e-mail: emjoseamerico@hotmail.com, município de Nova Serrana, Minas Gerais. Ela pertence ao Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais, vinculado a 12ª Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis e se organiza a partir de orientações da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Nova Serrana.

Sua clientela é formada por estudantes que vão da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, do Ciclo de Alfabetização até o Ciclo Complementar (anos iniciais), e do sexto ao nono ano (anos finais), trabalhando sempre dentro dos princípios básicos da LDBEN.

Atualmente a escola atende a oitocentos e trinta e oito alunos, sendo setenta e dois alunos da Educação Infantil e trezentos e sessenta do primeiro ao quinto ano, quatrocentos e seis do sexto ao nono ano, com uma equipe de 96 funcionários. Sendo um gestor, dois vices, três pedagogos, uma secretária, cinquenta e dois professores, cinco auxiliares de secretaria, dois auxiliares de biblioteca, um professor recuperador, três professores eventuais, um monitor, um porteiro, dois vigias, vinte auxiliares de serviços gerais e dois professores de informática.

A escola possui dezessete anos de funcionamento atendendo a uma clientela na sua maioria de baixa renda, principalmente filhos de operários das fábricas do setor calçadista, residentes nos Bairros: São Geraldo, Santa Luzia, Santana, André Freitas, Laranjeiras, São José e adjacentes. O prédio é próprio tendo em sua entrada uma pequena recepção e grandes paineiras em toda a frente. Sua entrada encontra-se em bom estado de conservação. Sua infraestrutura é constituída de

vinte e uma salas de aula, uma biblioteca ampla, um laboratório de informática com ar condicionado e equipado com computadores modernos e conectados à internet, sala de multimídia com cadeiras estofadas para melhor conforto dos alunos e professores, sala multifuncional para atender a alunos com necessidades especiais e/ou defasagem de aprendizagem, sala para pedagogos, secretaria escolar, cantina, almoxarifado para material de limpeza e almoxarifado de alimentos. Possui também nove sanitários sendo dois com acessibilidade, escovódromo, sala de direção, sala de professores, quadra coberta, quadra de areia, um quiosque, pátio com banquinhos de madeira e uma sala de acervo bibliográfico.

Esse PPP visa ser um guia que possa fazer desta uma escola aberta, democrática e que busca a qualidade total em educação.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” está embasada e afinada com o que prevê a Constituição Federal e a LDBN (Lei n. 9394/96) - as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para a Educação das Relações Étnico-Raciais e também o Estatuto da Criança e do Adolescente bem como atender às demais normas aplicáveis, vigentes e supervenientes de nível Federal, Estadual e Municipal.

A escola procura dar aos alunos uma educação de qualidade, para formar o cidadão consciente de seus direitos e deveres, sem discriminações que possam marcar sua trajetória escolar, e objetivando o exercer o direito de “ser”, “aprender” e “conviver”.

O Projeto Político Pedagógico da escola possibilita introduzir mudanças planejadas e compartilhadas. Essas mudanças pressupõem, de um lado, ruptura com uma cultura de provação e com uma educação elitista e, de outro lado, compromisso com a aprendizagem do aluno e com uma educação de qualidade para todos os cidadãos (MINAS GERAIS, CEE, 1997, p. 2).

O PPP da escola visa garantir a construção da identidade própria da escola, respeitando as diferenças regionais que norteiam as comunidades, e na gestão democrática, para maior participação da comunidade escolar na tomada de decisões, assim elevando o desempenho acadêmico dos discentes.

No quadro de funcionários da escola há profissionais competentes e capacitados, bem como condições físicas e pedagógicas para atender os anseios dos alunos, em ter uma educação de qualidade a médio e longo prazo, respeitando e valorizando as experiências do educando.

Acredita-se assim que nossa instituição está apta para a formação de nossos alunos em pessoas justas, críticas e construtivas e em pessoas que podem transformar a atual realidade e construir um mundo mais igualitário.

Desta maneira, este PPP visa o desempenho satisfatório do aluno, a transformação da escola em um ambiente cada vez mais agradável e acolhedor para que o educando possa desenvolver suas capacidades intelectuais, gerando um processo de inclusão e socialização, respeitando ainda as diferenças individuais de cada um.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Escola é o local de convivência de profissionais que agem na ação da educação. Segundo LDB em seu artigo 2º, “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade nos ideais de solidariedade humana, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Seguindo este pensamento a escola para cumprir esta função, precisa levar o educando a aprender pensar, a se comunicar e a construir uma linguagem própria. Usar a informação e o seu conhecimento para viver em um mundo em transformação. Com isso é necessário que o educador se prepare para um novo modo de educar.

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” faz parte do Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais, se estrutura através da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal da cidade de Nova Serrana e constituída da seguinte organização:

Administrativa: Organiza a gestão de recursos físicos, humanos e financeiros. A equipe administrativa da escola é composta por um gestor escolar e dois vices, sendo um no turno matutino e outro no vespertino e uma secretária escolar.

Pedagógica: Tem a função de organizar, a parte educativa, para que a escola seja eficiente e eficaz e atinja suas finalidades na aprendizagem e currículo.

A equipe pedagógica é formada por três pedagogos, sendo um em cada turno, e o outro se dividindo em dois turnos, dois auxiliares de biblioteca e cinquenta e dois professores.

Apoio administrativo: São os profissionais que participam da escola e que tem vínculo empregatício ou pertence a outras secretarias municipais, mas que trabalham diretamente na escola com alunos e professores.

O apoio administrativo da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” é formado por um monitor, vinte auxiliares de serviços gerais, cinco auxiliares de educação, um porteiro e dois vigias noturnos. Essa estrutura atende as necessidades da escola de forma eficiente.

4. CURRÍCULO

O currículo é modo de planejar a transmissão do conhecimento e organizar a metodologia coletiva que será usada na construção deste processo proporcionando assim os meios necessários para sua real efetivação.

Segundo o Guia do Diretor Escolar (2006, p. 19) elaborado pela Secretaria de Estado da Educação (SEE), o currículo é:

Um conjunto de ações que cooperam para a formação humana. Nesse sentido, falar de currículo é falar de uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. O currículo preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona subsídios para a execução de ações. Porém, questões como o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e como avaliar devem estar presentes.

Para realizar seus objetivos, o currículo deve ter a concepção de educando e da sociedade que deseja formar. A organização dos conteúdos e a metodologia de trabalho devem estar em acordo com os preceitos legais, do art. 26 da LDBEN.

Em seu núcleo comum ter em sua parte diversificada disciplinas de interesses municipais e regionais. Os conteúdos curriculares se orientam pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na Resolução SEE n. 1086/2008 para os anos iniciais e no Conteúdo Básico Comum (CBC) para os anos finais.

O currículo da escola José Américo de Lacerda é constituído por duas grades para atender às modalidades de ensino oferecidas.

Na Educação Infantil a duração do módulo-aula é de sessenta minutos; os dias letivos anuais são duzentos; as semanas anuais são quarenta; os números de dias semanais, cinco dias; com carga horária anual de oitocentos e cinquenta horas; tendo o recreio duração de quinze minutos, sendo a duração do turno de quatro horas e quinze minutos.

No eixo de trabalho na Educação Infantil busca-se a formação pessoal, social e conhecimento de mundo com Autonomia, Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, duração do módulo-aula é de quarenta e oito minutos e do sexto ao nono ano a duração é de cinquenta minutos; os dias letivos são (duzentos); quarenta semanas letivas, cinco dias letivos; sendo a carga horária anual do primeiro ao quinto ano de oitocentas horas e do sexto ao nono ano de oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos; a duração do turno do primeiro ao quinto ano é de quatro horas e quinze minutos, do sexto ao nono ano é de quatro horas e vinte cinco minutos, tendo o recreio duração de quinze minutos.

Os componentes curriculares estão divididos em duas áreas de conhecimento. Base Nacional Comum e Parte Diversificada.

Na Base Nacional Comum do Ciclo de Alfabetização (primeiro ano) temos Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História e Educação Física

com duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal; na parte diversificada Música e Psicomotricidade têm duas aulas semanais, e Natureza e Sociedade uma aula semanal.

No Ciclo de Alfabetização (segundo e terceiro ano), na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com seis aulas semanais, Ciências, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal.

No Ciclo Complementar (quarto e quinto ano) na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa com seis aulas semanais, Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal; na parte diversificada Inglês uma aula semanal.

Nos anos finais (sexto e sétimo ano) na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências com quatro aulas semanais, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso com uma aula semanal; na parte diversificada Inglês duas aulas semanais.

Nos anos finais (oitavo e nono ano) na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso com uma aula semanal; na parte diversificada Inglês duas aulas semanais.

Este currículo visa tornar a escola um ambiente que respeita às diferenças e valoriza a educação.

5. TEMPO ESCOLAR

A relação escolar é uma das relações dos alunos que os ajudam a conhecer o mundo, mesmo não sendo a única.

Procurando tornar o ambiente escolar mais favorável ao convívio social e mais coerente com o desenvolvimento, será trabalhado com ciclos de formação e anos, sendo que essa organização apresenta características atraentes relativas ao ritmo, à diversidade e a liberdade.

“Como nos adverte Barbier (1996), projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente sobre suas soluções”.

O modo de organizar o tempo de conhecimento escolar é marcada pela fragmentação do dia letivo, e o currículo é organizado em períodos fixos de tempo para disciplinas supostamente separadas. O ano letivo conforme a LDBEN é repartido em, no mínimo, duzentos dias de efetivo trabalho escolar, numa carga horária mínima de oitocentas horas, sendo a duração diária da jornada escolar de no mínimo de quatro horas e quinze minutos para a Educação Infantil e Ciclo Inicial de Alfabetização e Ciclo Complementar de Alfabetização, e nos Anos Finais a duração é de no mínimo de quatro horas e vinte e cinco minutos, incluindo o tempo destinado ao descanso dos alunos e professores (recreio) que não ultrapassará quinze minutos¹.

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” atende a dois turnos, oferecendo as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil; Ensino Fundamental (primeiro ao nono ano).

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos estrutura-se em cinco anos iniciais e quatro finais, implantado pela SEE/MG.

Nos anos iniciais, a organização escolar do Ensino Fundamental passa a ter dois ciclos de alfabetização:

- Ciclo Inicial de Alfabetização (primeiro, segundo e terceiro ano) com duração de três anos;
- Ciclo Complementar de Alfabetização (quarto e quinto ano) com duração de dois anos.

De acordo com o Regimento Escolar, no final de cada ciclo haverá retenção. Será retido o aluno que não alcançar a média mínima de pontos pretendida (sessenta por cento).

No primeiro e segundo ano do Ciclo Inicial e no quarto ano do ciclo complementar de Alfabetização, serão atribuídos conceitos para cada conteúdo estudado na forma regulada pelo Sistema de Ensino de Minas Gerais, garantida nesta etapa a progressão continuada.

No terceiro e quinto ano, assim como para o ensino do sexto ao nono ano, serão atribuídos pontos, sendo a promoção do aluno de um ano para outro, condicionada a sua aprovação. Serão

ministradas aos alunos do sexto ao nono ano, cinco aulas diárias, com duração de cinquenta minutos cada uma.

A estrutura do ensino é decorrente do desenvolvimento do ser humano entendendo que os seres humanos são muito diferentes entre si, deve se organizar e completar estas diferenças garantindo ao aluno um período de trabalho, com seu ritmo e suas particularidades.

6. PROCESSO DE DECISÃO

A gestão democrática, como princípio consagrado pela Constituição Federal (1988) e pela LDBEN que em seu art. 12 propõe um processo de articulação com a família e a comunidade. Sendo um processo de integração da sociedade e da escola surge à necessidade de informar aos pais e responsáveis sobre a frequência, e o rendimento dos alunos e da realização do PPP nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros. Portanto, as decisões desta escola são tomadas de forma coletiva e transparente.

Porém, alguns pais e responsáveis tem deixado a desejar no sentido de sua efetiva participação na vida escolar de seus filhos.

Sabe-se que a participação de pais e responsáveis deve ser incentivada de maneira a tornar-se uma realidade. Não basta a força da lei, tem de ser entendida pela comunidade e aceita por todos, dentro e fora da escola.

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” conta os seguintes segmentos de decisões: Conselho do Caixa Escolar; Conselho de Classe; Conselho de Avaliação de Desempenho.

O Conselho do Caixa Escolar da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” foi fundado em 17/4/1997, e tem por função apoiar e dar assistência nas decisões, no que se refere ao repasse e aplicabilidade das verbas recebidas, são registradas em atas e assinada por todos os membros participantes.

A finalidade da Caixa Escolar é a conjunção de esforços e objetivos que são caracterizados principalmente por:

- Interagir junto à escola como instrumento de transformação de ações, promovendo o bem-estar da comunidade e do ponto de vista educativo, cultural e social;
- Promover a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares;
- Contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola;
- Cooperar na conservação dos equipamentos e prédios da unidade escolar;
- Administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação do caixa escolar, os recursos provenientes e subvenções, convênios, doações e arrecadações da entidade;
- Incentivar a criação do grêmio estudantil cooperativamente com o mesmo.

O Conselho de Classe é formado por um órgão colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do educando, auxiliando assim, a construção do PPP da Escola.

O Conselho de Classe tem como objetivo avaliar o desempenho de cada educando nas ações escolares do bimestre, verificar as necessidades de cada aluno e procurar sanar as dificuldades encontradas. Além de avaliar o currículo anual e indicar o que mais se ajusta aos alunos

e orientar o planejamento de trabalhos e projetos, como também realizar a enturmação dos alunos para o ano letivo.

Ele também deve estabelecer o objetivo geral do Conselho e definir:

- Objetivos a serem alcançados em cada componente curricular;
- Metodologias e estratégias de avaliação;
- Critérios de seleção de componentes curriculares;
- Projetos coletivos de ensino e atividades;
- Formas de acompanhamentos do desempenho dos alunos;
- Critérios para a apreciação do desempenho dos alunos;
- Elaboração de fichas de registros do desempenho do aluno para acompanhamento e informação aos pais;
- Formas de relacionamento com a família;
- Proposta curricular diversificada em função dos interesses e necessidades dos alunos;
- Adaptações curriculares para alunos com necessidades educativas especiais.

O Conselho de Avaliação de Desempenho tem como finalidade avaliar o desempenho dos funcionários da escola. É constituído por uma comissão efetiva e de outra suplente (para o caso de impossibilidade de participação do membro efetivo da comissão no dia da reunião). Esta comissão é constituída por funcionários efetivos que já tenham cumprido o período do estágio probatório. Durante as reuniões da Comissão de Avaliação faz-se necessário lavrar uma ata para fins de registro escolar.

A Comissão de Avaliação da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” é composta por: um presidente – Gestor da Escola; um vice, de acordo com o turno em que trabalha; um representante da equipe pedagógica por turno; um secretário; um representante de funcionários por setor e dois representantes de professores por turno.

Desta forma as decisões tomadas na escola são democráticas e transparentes, pois contam com representantes de todos segmentos de trabalho da escola envolvidos no processo ensino-aprendizagem da instituição.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

Os funcionários desta escola são aprovados em concursos públicos de provas e títulos e nomeados através da Secretaria Municipal de Educação. São efetivados após três anos de estágio probatório. E se necessário, em alguns casos, são designados pela escala dos concursados não nomeados.

São regidos por estatuto próprio, desvinculado da legislação trabalhista comum, Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A Administração Municipal rege-se por normas próprias que obedecem aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

O relacionamento dos profissionais da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” são reguladas na civilidade, na atitude de companheirismo e principalmente no respeito mútuo.

Uma educação que possibilite uma convivência harmônica e enriquecedora entre os indivíduos pressupõe reconhecimento da diversidade. Saber que somos diferentes e que cada um tem o direito de ser diferente único e singular exige um aprofundamento no respeito pelo outro e na compreensão do outro. Requer que se trabalhem não apenas os espaços externos, aos ambientes de aprendizagem onde acontecem as relações, mas, sobretudo o espaço interno de cada um de nós, possibilitando o autoconhecimento e, como consequência, o reconhecimento do outro (ABREU; MOURA, 2001, p. 112).

E o gestor como coordenação geral da escola deve exercer sua gestão com:

- Autoridade Escolar, sendo o responsável por tudo que se passa na escola;
- Educador, participando das atividades e conduzindo a vida escolar dos alunos. Deve também estar atento às consequências educativas de suas decisões e atos;
- Administrador, assumindo a liderança para atingir os objetivos propostos pela escola.

Assim sendo o papel do gestor consiste em fazer com que a instituição escolar atinja todos os seus objetivos de forma plena e harmoniosa.

8. AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo que objetiva analisar as atividades e fatos e que utiliza diversos instrumentos avaliativos que devem ter objetivos claros.

Desta forma, a avaliação é um processo que permite compreender o objetivo e não apenas uma visão diagnóstica ou uma comparação entre objetivos, metas e resultados.

Avaliar consiste em compreender a realidade das atividades que estão sendo avaliadas e poder aperfeiçoá-las. Os resultados da avaliação devem conter os elementos para o aperfeiçoamento ou a revisão das atividades da escola.

Na Escola Municipal “José Américo de Lacerda” são avaliados os seguintes segmentos: alunos e profissionais. A instituição também é avaliada por meio de questionários respondidos pelos funcionários, pais, alunos e outros sujeitos envolvidos diretamente com a atividade da escola.

São realizadas também as avaliações externas que é um sistema utilizado pelo Governo Federal e de Minas Gerais para medir o grau de desenvolvimento e aprendizado dos alunos matriculados nas Escolas Públicas do Estado (estaduais e municipais), são elas: Provinha Brasil, Prova Brasil, Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB), Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA).

O Projeto Político Pedagógico deve proporcionar condições propícias de reflexão e crítica da organização do trabalho pedagógico da escola como um todo.

O PPP, ao dar condições de novas formas de organização de trabalho, ajuda a firmar o fortalecimento da equipe escolar, a gestão democrática, consolidada na decisão coletiva. Por isto, é fundamental que a gestão democrática ocorra de forma colegiada, através do Conselho da Caixa Escolar com funções consultiva e deliberativa nas questões pedagógico-administrativo-financeira.

A avaliação do PPP é indispensável na escola, pois ele está em permanente processo de desenvolvimento, não é estático e seu desenvolvimento envolve todas as parcelas da intuição. Portanto, sua avaliação se faz nas várias ações desenvolvidas na escola, e nesta avaliação é verificado o crescimento da comunidade escolar. A avaliação, portanto, é realizada por observações contínuas da instituição pelos pedagogos e semestralmente através de análise do rendimento dos alunos.

Semestralmente ocorre a avaliação de desempenho do profissional por meio de uma auto-avaliação e pela comissão de avaliação, formada através de votos de todos os segmentos da instituição.

As avaliações escolares devem ocorrer durante todo o ano letivo e o aluno deve ser avaliado através de recursos variados: observações trabalho em equipe e individuais, pesquisas, provas, estudos dirigidos, experimentos, etc.

Na concepção de Sant’Anna (1995, p. 7),

A avaliação escolar é o termômetro que permite avaliar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é alma do processo educacional.

O professor deve fazer um trabalho de recuperação simultaneamente ao processo educativo, para garantir ao educando a superação de dificuldades na sua trajetória escolar e ao final do ano letivo com aulas ministradas pelo próprio professor.

A avaliação do desempenho do aluno é contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação também é formativa; pois são atribuídas notas, sendo cem o número de pontos cumulativos que cada aluno pode conseguir durante o ano letivo, em cada conteúdo.

Os cem pontos atribuídos são distribuídos da seguinte forma: Em cada bimestre serão registrados 25 pontos. No total de quatro bimestres terão sido distribuídos os cem pontos anuais.

Considera-se aprovado, o aluno que alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento e aproveitamento mínimo de sessenta pontos cumulados em cada conteúdo curricular.

Os resultados das avaliações é o caminho para análise e recuperação. A recuperação será permanente ao longo do ano letivo em que o aluno está recuperando o conhecimento perdido e paralelamente terá sua nota.

O aluno que não obtiver o aproveitamento mínimo de sessenta por cento no conteúdo tem o direito à recuperação e, ela será feita logo após encerrar as avaliações do bimestre.

É adotada a progressão parcial nos quatro anos finais do Ensino Fundamental. Será beneficiado o aluno que não atingir o desempenho mínimo em até duas disciplinas.

Será retido no ano em curso o aluno que não atingir o desempenho mínimo em três ou mais disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial.

No último ano do Ensino Fundamental, se o aluno não atingir o desempenho mínimo em todas as disciplinas, ele fica retido.

O professor organizará atividades especificamente programadas para o atendimento de alunos ou grupos que demonstrem dificuldades ao longo o processo de aprendizagem.

Quanto à transferência, o aproveitamento de estudos é avaliado pelos profissionais da escola, inclusive quando se trata de transferência entre estabelecimentos, classificando o aluno de acordo com suas competências, habilidades, idade, série e/ou ciclo.

A classificação dá-se em qualquer ano ou etapa, exceto a primeira do Ensino fundamental da seguinte forma: por progressão continuada para alunos que estiverem em curso na escola; por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas, considerando os componentes da Base Comum Nacional; independente da escolarização anterior mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição no ano ou etapa adequada.

Para isso é solicitado o Conselho de Classe que elabora e corrige as avaliações e decide pelo ajustamento do candidato ao ano.

A Equipe Pedagógica ainda organiza um banco de provas, de todos os anos e conteúdos, para facilitar a classificação dos alunos que dela necessitam.

A aplicação das provas, elaboração das atas e encaminhamento dos resultados à secretaria fica a cargo da Equipe Pedagógica.

A reclassificação pode acontecer: quando se trata de transferência entre estabelecimento do país e do exterior, independente de escolarização anterior.

Considera-se evadido o aluno faltoso por mais de cinquenta dias letivos consecutivos; para aluno com frequência inferior a setenta e cinco por cento após o término de cada ciclo ou ano.

A reclassificação é decorrente de decisão de uma comissão presidida pelo gestor da escola, com a participação de representantes docentes do nível no qual o aluno será classificado (Ensino Fundamental), bem como dos profissionais responsáveis pela coordenação ou supervisão das atividades pedagógicas.

Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação são encaminhados pela Equipe Pedagógica à secretaria que ficará encarregada de fazer o seu arquivo na pasta individual do aluno na escola.

O aluno com frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento, e com aproveitamento abaixo da média nos conteúdos, tem direito a uma prova final de reclassificação.

O rendimento escolar é divulgado através de reuniões bimestrais, com a presença dos pais e educadores. Caso o aluno não tenha um rendimento escolar satisfatório ou condizente com ano e turma, os pais são chamados em qualquer época e é exposta a situação do mesmo para a procura de soluções, em conjunto.

As reuniões pedagógicas acontecem de acordo com a disponibilidade dos profissionais, como muitos não residem no município, os professores da Educação Infantil ao quinto ano se reúnem uma vez por semana na segunda feira uma hora e meia e os professores do sexto ao nono ano se reúnem uma vez por mês, no primeiro sábado, totalizando seis horas mensais.

Nas reuniões pedagógicas são discutidos os conteúdos programáticos, inserindo-os na realidade. São discutidos metodologias e materiais didáticos. Nessas reuniões também são discutidos assuntos de ordem administrativa.

Desta maneira, a escola procura avaliar e promover o desenvolvimento do educando e a incentivá-lo a avançar e procurar formas de transformar o meio em que ele vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico trata-se de uma maneira eficaz que a escola tem de se direcionar e avaliar a direção que ela vai tomar para atingir seus objetivos. É um momento de ajustar todo o coletivo da escola para que possa decidir os rumos que ela deve seguir.

Desta forma, pode-se dizer que com reflexões e estudos a escola constrói sua identidade de forma a atingir seus principais objetivos que é a de formar um cidadão participativo, crítico, responsável e comprometido.

O projeto político-pedagógico é o resultado positivo da interação dos objetivos e prioridades feitas pela coletividade, que deseja, através de reflexões, das ações a realização de uma nova realidade.

Para atingir estes objetivos a avaliação deve estar sempre presente, pois só saberemos os rumos a tomar se existir uma avaliação permanente do trabalho de todos envolvidos no processo ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. V. de MOURA, E. (orgs). **Progestão**: como desenvolver a gestão dos servidores na escola? Módulo VIII. Brasília, Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério de Educação e do Desporto, 1996.

GRUPO EXPERIMENTAL NOVA ERA. Estrutura e elementos do PPP: estrutura organizacional, módulo II. *Online*. Disponível em:
<http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=14365&chapterid=10933> acesso em 29abril.2013

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Guia do diretor escolar SEE – MG**: instrumento didático destinado à orientação e suporte do trabalho do diretor escolar. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2006.

PERES, E. T. Dimensão institucional e projeto político- pedagógico da escola. In: SALGADO, M. C. U; Miranda, G. W. de (orgs.). **Veredas – Formação Superior de professores**: módulo 4 – v. 2, 3 e 4/SEE – MG, Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2002.

SANT'ANNA, I. M. **Porque avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **ACONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**, 1998.